

HÁ ECONOMIA FEMINISTA NA CIÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA ENTRE 1990-2015

Liana Bohn
Pesquisadora do Observatório da Indústria Catarinense – FIESC

Eva Yamila A.S. Catela
Professora Adjunta do Departamento de Economia da UFSC

RESUMO

A Economia Feminista é uma corrente crítica recente que se consolidou na Ciência Econômica ao evidenciar seu viés de gênero e propor novas formas de compreensão e análise da Economia. Este trabalho tem por objetivo geral mapear a produção acadêmica nos periódicos brasileiros que possuem as melhores avaliações na área de Economia (B1, B2 e B3), identificando aqueles que convergem para a Economia Feminista. Percebe-se que, embora haja alguma representatividade no país, essa corrente ainda é pouco difundida e parte desta difusão está associada à interdisciplinariedade do tema, pelo tangenciamento de conceitos comuns à Economia Feminista.

Palavras-chave: Gênero; Difusão Científica; Periódicos.

ABSTRACT

Feminist Economics is a recent critical current that has consolidated itself in Economic Science by highlighting its gender bias and proposing new ways of understanding and analyzing economics. This paper aims to map academic publications in brazilian journals that have the best evaluations in Economics (B1, B2 and B3), identifying those that converge to the Feminist Economics. We note that, although there is some representativity in the country, this current is still little diffused and part of this diffusion is associated to the interdisciplinarity of the subject, by tangential of common concepts of the Feminist Economics.

Key-words: Gender; Scientific Diffusion; Journals.

ÁREA 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

CLASSIFICAÇÃO JEL – B54

HÁ ECONOMIA FEMINISTA NA CIÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA ENTRE 1990-2015

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ainda que o termo Economia seja derivado da junção das palavras gregas *oikos* (casa) e *nomos* (regras/administração), a Ciência Econômica que busca descrevê-la distanciou-se sobremaneira do conceito que traz as *regras da casa* ou a *administração do lar*. Com a compreensão da disciplina cada vez mais voltada à avaliação dos mercados, a valorização das esferas domésticas e do trabalho reprodutivo e não remunerado acabou por se tornar marginal (e muitas vezes inexistente) naquilo que se considera ambiente econômico. Neste sentido, abordar questões relacionadas às mulheres esteve, durante muito tempo, apoiado nos conceitos de diferenciais salariais entre os sexos e de como estes poderiam ser explicados pela lógica de mercado, ignorando-se quaisquer outras discussões que saíam da esfera produtiva e de circulação, simplesmente porque, fora destas, abandonava-se o constructo conhecido pelo *Econômico* para enveredar na “caixa negra” das relações pessoais.

Com o forte incremento das mulheres no mercado de trabalho – inclusive nos Departamentos de Economia¹ – e o fortalecimento dos movimentos feministas que se dá entre os anos 1960 e 1970, os impactos sobre a produção acadêmica começam a ser percebidos. Há maior deslocamento da compreensão das relações entre homens e mulheres como meras diferenças biológicas para a noção de gênero, que apreende as construções sociais que são geradas a partir do sexo. O resultado dessa mudança implica, nestes enfoques, uma passagem da visão econômica tradicional, que vê os resultados do mercado e das famílias refletindo apenas os diferenciais de sexo, para a Economia Feminista, na qual se discute em que medida tal configuração pode ser reflexo de estereótipos e de restrições sociais (NELSON, 2008).

Este novo olhar vem, portanto, da insatisfação com a interpretação do *mainstream* sobre os diferenciais entre homens e mulheres, lançando-se luz à dinâmica de gênero e da vida econômica (POWER, 2013). Para Barker (2013), atribuir o título de feminista à Economia significa, em referência às definições de Beauvoir (2009), tomar o espaço do *outro* diante das visões neoclássicas, marxistas e institucionalistas, utilizando o gênero como categoria analítica e constatando que todos os eventos econômicos promovem impactos diferenciados nos grupos masculinos e femininos. A crítica, portanto, não recai à Ciência Econômica em si, mas à construção da mesma apoiada em *má ciência*, com desvios androcêntricos – supostamente eliminados pela objetividade – e pela aderência cega às ideologias, que estão imbricadas por pré-conceitos sociais. Neste sentido, o domínio masculino da comunidade acadêmica durante grande parte da Economia enquanto Ciência se reflete no conhecimento produzido – experiências negligenciadas historicamente pelos homens são, também, negligenciadas teoricamente, com a invisibilização da mulher e da família na análise econômica do comportamento humano, bem como do trabalho doméstico (FERBER e NELSON, 1993). Tem-se, portanto, a metáfora de Mies (1986): a Economia é um iceberg. Uma porção faz referência à economia visível e do trabalho assalariado, enquanto outra, submersa e invisível, está associada ao trabalho doméstico.

Atualmente, a Economia Feminista é reconhecida como uma forma de pensamento crítica na Ciência Econômica, que traz consigo a interdisciplinariedade da temática e a diversidade teórica, de modo a não lidar com interpretações unificadas da realidade. Apesar de destacar a importância da conquista de direitos e da igualdade de gênero, avança ao propor que a compreensão deva ser feita mediante o olhar do sujeito invisibilizado, para que não se destaque apenas o que falta para ser conquistado na esfera pública, mas também se recupere a experiência feminina, especialmente a partir do reconhecimento da economia não-monetária (CARRASCO, 2012). Seu *core*, portanto, pode ser resumido em três eixos: (i) critica a divisão sexual do trabalho, dando um grande aporte à esfera doméstica; (ii) tenta entender e superar as desigualdades entre mulheres e homens, percebendo como

¹ De acordo com o último ciclo do Enade (2011-2013), a representação de mulheres nos cursos de Ciências Econômicas do país é de 41,4%.

o viés de gênero perpassa as estruturas econômicas; e (iii) propõe outra economia, que tenha como eixo central a vida das pessoas.

No Brasil, entretanto, o espaço reservado à discussão de gênero na Economia é bastante incipiente, permitindo-se supor que os trabalhos em Economia Feminista ocupam espaços ainda mais restritos. Dado que a difusão de uma nova corrente pode ser avaliada a partir dos resultados acadêmicos obtidos na área, o presente ensaio tem por objetivo geral analisar a produção acadêmica nos periódicos brasileiros que possuem as melhores avaliações em Economia (B1, B2 e B3), de tal modo a identificar os trabalhos que, entre 1990 e 2015, têm se debruçado sobre as mulheres, distinguindo aqueles que se enquadram na Economia Feminista da inserção mais comum do tema – a Economia de Gênero.

Os recortes utilizados se apoiam no período e na definição da produção avaliada. Para o primeiro caso, delimita-se o intervalo entre 1990 e 2015 por considerá-lo como o espaço temporal em que a Economia Feminista é reconhecida como uma corrente crítica da Economia, limitando ao ano em que, no levantamento das informações, grande parte dos periódicos teriam suas publicações anuais finalizadas. No segundo caso, a importância de avaliar apenas os melhores periódicos brasileiros está atrelada à necessidade de difusão da crítica internamente, já que se trata de uma propagação do conhecimento desde o centro. Não se ignora, entretanto, que essa limitação pode promover o não reconhecimento de autores brasileiros que têm maior inserção internacional (assim como incluir trabalhos de pesquisadores estrangeiros no país), mas se crê que a demarcação de fronteira seja mais representativa do conhecimento que está sendo debatido pela Ciência Econômica do Brasil, lançando-se luz a suas limitações, vieses e temas de interesse. Além disso, a ideia de privilegiar as revistas que possuem avaliação no Qualis em Economia está associada à necessidade de fazer da disciplina um espaço de discussão para repensá-la enquanto Ciência Social perpassada pelo viés de gênero. Nas palavras de Barker (2013, p.21), é mister a necessidade de transformar a disciplina e trabalhar dentro dela – “(...) *we are insider/outsider to the profession*” –, de modo que este ensaio permite verificar em que condição a Ciência Econômica do Brasil está no que concerne à Economia Feminista.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro partes. Na segunda, situa-se a mulher enquanto sujeito da Economia em dois momentos – o período antecedente à Economia Feminista e a partir de seu reconhecimento enquanto corrente de pensamento –, destacando, especialmente, o que difere a Economia de Gênero da versão crítica que é foco do trabalho. A terceira seção descreve os procedimentos utilizados para a definição da presença da disciplina no Brasil, o que culmina na Economia Feminista *à la* brasileira, na qual se revelam os níveis de inserção dos trabalhos na área de Economia dos periódicos nacionais, bem como o perfil dessa produção. A última parte compreende as considerações finais.

2 DESBRAVANDO A ECONOMIA FEMINISTA

2.1. A mulher enquanto sujeito da Ciência Econômica – antecedentes à Economia Feminista

A generificação do sujeito na Economia perpassa, na história econômica recente, três fases: (i) a tímida presença das mulheres entre os pensadores clássicos, com a representação da esfera da reprodução atrelada ao sistema de produção; (ii) a invisibilização e normatização dos indivíduos entre os neoclássicos, na figura do *homo economicus*; e, por fim, (iii) o reconhecimento da necessidade de incorporar as mulheres na análise em virtude da ampliação de sua participação na Economia visível, seja dentro da família em uma postura passiva (como em Becker (1965)), ou no mercado de trabalho, mediante os diferenciais salariais e as possíveis explicações para o fenômeno.

Tais inflexões sugerem que o espaço reservado às mulheres, enquanto foco de atenção econômica, esteve atrelado às ideias que, em momentos específicos, ganharam força na Economia. Neste sentido, acompanham as mudanças observadas no Capitalismo, de tal modo que, no *pré-capitalismo*, a unidade de produção é familiar e as mulheres e crianças desempenham papéis econômicos fundamentais (SAFFIOTI, 2013); no *capitalismo industrial*, com a ampliação do espaço da esfera pública e o foco na produção, ainda se mantem algumas articulações com a esfera da

reprodução; e no *capitalismo monopolista*, com a valorização da esfera da circulação – o mercado – e o distanciamento entre trabalho e o resultado do trabalho, rompe-se com a integração econômica à esfera doméstica. No limite, a produção de valores de troca torna-se a principal atividade da economia, e o trabalho associado a ela, que é remunerado, constitui-se na única forma de trabalho percebida (OROZCO, 2005).

Entre os clássicos, contemporâneos da consolidação da industrialização, há a concentração na compreensão do processo produtivo e do mercado. Mesmo com algumas referências às mulheres, elas ocupam espaços reduzidos na interpretação do sistema econômico (CARRASCO, 1999). Para Adam Smith, embora o trabalho feminino na esfera doméstica fosse considerado muito importante, especialmente em termos de educação dos filhos com vistas à formação de trabalhadores produtivos (que se converterão na riqueza das nações), não há qualquer atribuição de valor a ele no sistema. Ainda assim, Smith percebeu a rivalidade entre o tempo gasto nestas atividades e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, especialmente em termos da burguesia. Às mulheres mais pobres, entretanto, era facilitado o emprego mal remunerado, talvez porque a invisibilidade do gênero na análise das classes mais baixas fosse acentuada, constituindo-as apenas por operários (TEIXEIRA, 2008).

De acordo com Marçal (2015), outra característica que revela um olhar androcêntrico de Smith está no conceito de autointeresse que se torna um dos pilares da Economia. Dado que grande parte das atividades domésticas envolve relações pessoais, o benefício associado a elas é distinto daquele voltado ao lucro, de modo que a sua contribuição econômica para a reprodução do sistema não entra na lógica da interpretação do que corresponde à economia de mercado, circunscrevendo a mulher a um espaço restrito e não valorizado. Mediante esta interpretação, que passará a balizar as reflexões subsequentes, estabelece-se a divisão entre o público e o privado, de tal modo que o universo a ser compreendido pelos economistas delimita-se a um espaço específico da interação social. Ocultam-se, assim, as práticas realizadas nos lares, bem como a articulação destas com a manutenção do sistema. Em função disso, nega-se a categoria econômica do trabalho não remunerado, de tal modo a ser excluída nas análises econômicas posteriores (CARRASCO, 2009).

Em Marx, quando a produção e a troca passam a ser o *core* do capitalismo, levanta-se a questão do trabalho não remunerado como importante para o bem-estar das famílias, mas é justamente por suas características que as mulheres são percebidas como trabalhadoras de segundo nível, porque podem facilmente voltar para a esfera tradicional, o lar, quando não forem demandadas na esfera de mercado. Ao reconhecer o sinal da opressão das mulheres, associa-o apenas como consequências da propriedade privada e dos interesses do capital, sem dar-se conta de que estes fatores são adjuntos à esfera masculina de dominação, no formato do que se conhece por patriarcado – opressão sexual como um produto da economia baseada nas relações de classe (PHILLIPS e TAYLOR, 1980). Seguindo a divisão estabelecida por Smith, não se reconhece o trabalho doméstico como aquele que gera valor e, tentando-se classificá-lo entre produtivo e improdutivo, reforça-se o conceito que tais atividades são improdutivas, inferiores hierarquicamente às produtivas (TEIXEIRA, 2008).

Dentre os clássicos, o ponto de inflexão da compreensão da vivência feminina é dado por Stuart Mill. Embora haja especulações de que seus escritos mais feministas tenham sido elaborados por Harriet Taylor, sua esposa e defensora dos direitos das mulheres, é inegável que sua obra *A Sujeição das Mulheres* se transformou em uma forte tentativa de argumentação pela justiça sexual, inclusive em termos de eficiência econômica, seja mediante a visão sufragista ou a partir do apoio à inserção feminina em todas as profissões (MILL, 2006). A marca de pertencimento ao pensamento clássico, entretanto, é percebida mediante a visão da mulher como agente independente e pela defesa de que a origem da dominação masculina estava na superioridade física (BODKIN, 1999).

Em relação aos neoclássicos, como destacado por Carrasco (2008, 2009), os economistas clássicos ainda estão preocupados com as estruturas sociais do mercado, o que se reflete, por exemplo, na incorporação das necessidades familiares e da reprodução do trabalhador e dependentes na determinação dos salários. Havia entre eles, portanto, uma tensão diante da contradição de reconhecer o trabalho reprodutivo das mulheres na esfera doméstica, mas não o incorporar em sua análise do que representava o sistema socioeconômico. Esse conflito desaparece em grande parte da economia

neoclássica, sendo substituído pelas forças de oferta e demanda.

Nela, a forma como homens e mulheres são socialmente organizados continuará tendo muita relação com as partes da experiência humana que será incluída (ou não) na análise. Entretanto, os neoclássicos institucionalizarão a separação entre a esfera de produção/circulação e a produção doméstica (ENGLAND, 1993; CARRASCO, 1999). Isso delimita teoricamente os espaços econômicos e não-econômicos, a partir dos quais se formaliza o que deve, ou não, ser considerado na valoração econômica (servindo como referência, por exemplo, às definições das Contas Nacionais e a invisibilização do trabalho doméstico nas mesmas). De acordo com Orozco (2006), mostra a passagem de uma economia em que a família é parte da infraestrutura do capitalismo, por permitir que o trabalhador tenha condições de estar disponível no mercado de trabalho, para outra em que o trabalhador, masculino e disponível, passa a ser a norma, com a exclusão econômica de tudo aquilo que está socialmente associado à feminilidade.

A reavaliação da esfera doméstica é retomada especialmente por Becker (1965, 1974) que se constituirá no principal nome da Nova Economia Doméstica (*New Home Economics*) que ganha impulso na década de 1970. Nesta, o papel produtivo da família que opera num mercado implícito é destacado, embora se faça uso de analogia para compará-lo com empresas do mundo explícito da economia (TEIXEIRA, 2008). Ao incorporar o lar na análise neoclássica, colocando todas as decisões familiares como resultado da maximização da utilidade da família, reforça o homem como chefe de família, acentuando ainda mais a divisão social do trabalho. De acordo com a análise do economista, as mulheres, tendo vantagens comparativas na esfera doméstica, acabam por se especializar no trabalho do lar e os homens na produção de bens e serviços. Em função disso, o nível de instrução e treinamento delas pode ser menor, de modo que os salários mais baixos estão relacionados às decisões ótimas individuais. Ainda que a visão de Becker traga a discussão econômica para a família, a utilização de uma linha de raciocínio centrada na modelagem microeconômica reforça a diferença sexual (NELSON, 1995; HEWITSON, 2001b). Fica evidente, portanto, que foram necessários mais alguns anos para que o diferencial de salários fosse identificado a partir das limitações que as mulheres possuem para dedicarem-se integralmente às atividades na esfera pública, quando grande parte das amarras domésticas ainda são mantidas e invisibilizadas na esfera do lar.

2.2 Delimitação da diferença entre Economia de Gênero e Economia Feminista

A inserção da mulher enquanto sujeito de pesquisa promove um deslocamento dos trabalhos que a classificam apenas como oposto aos homens, para aqueles em que as diferenças entre homens e mulheres são percebidas no marco das distinções de poder e como produto de construção cultural. Deste reconhecimento, vislumbram-se dois tipos de pensamento feminista – aquele que acha que a igualdade pode ser conquistada pela inserção da mulher na *esfera masculina*; e aquele que acredita na necessidade de reconhecimento da importância da *esfera feminina* na economia, na sociedade e na política. Embora aparentemente ocupando polos opostos, as duas visões são compatíveis porque permitem que em ambas as atividades haja liberdade para homens e mulheres atuarem (ENGLAND, 1993).

A consolidação teórica deste diferencial se dá a partir dos trabalhos de Hewitson (2001b) e Orozco (2005, 2006), para os quais há duas possíveis saídas no debate em torno da equidade de gênero²: a *economia de gênero* (em que as desigualdades são eliminadas mediante a manutenção do sistema econômico na forma como ele é compreendido, com a promoção da igualdade de oportunidades em espaços específicos) e a *economia feminista* (em que são necessárias mudanças na forma de entender o sistema econômico e seu funcionamento, com a reformulação do discurso androcêntrico).

² Esta classificação, entretanto, não compreende uma progressão cronológica nem argumentativa, já que os trabalhos coexistem e não há invalidade nas definições até então adotadas.

2.2.1 A Economia de Gênero

A inserção da mulher enquanto sujeito econômico está associada aos trabalhos classificados como Economia de Gênero, que tomam forma a partir da década de 1960. Em seu formato *assimilacionista* (LAKE, 1992), recrimina a ausência feminina na análise econômica, mas sem criticar as noções que são suporte a essa invisibilização. De acordo com Orozco (2006), trata-se de um discurso despolitizado e objetivo – o chamado *feminismo domesticado* –, voltado à análise dos diferenciais de participação e da discriminação feminina nos espaços tradicionalmente econômicos, visando direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres, o que se dá mediante a participação feminina equitativa nos espaços historicamente ocupados pelos homens.

Ao ser uma ampliação da análise econômica tradicional, que tem como foco a relação de gênero, adere aos paradigmas androcêntricos, mantendo-se as dicotomias *Economia – Não-Economia* e *Trabalho – Não-Trabalho*. A esfera doméstica, portanto, continua sendo um espaço não integrado à explicação da inserção das mulheres nos espaços públicos, assim como o trabalho nela realizado permanece fora de qualquer análise que reclame para si a mulher como agenda da Economia.

A Economia de Gênero abarca duas correntes centrais de análise. São elas: (i) *os estudos de equidade*, que têm como objetivo analisar a exclusão feminina na comunidade acadêmica, seja na forma de participação física ou como sujeito epistemológico. Assim, questiona a diferença, mas não a forma da criação dessa diferença (OROZCO, 2005); e (ii) o *empirismo feminista*, que questiona a sub-representação no mercado de trabalho, utilizando o método científico e os marcos teóricos da economia androcêntrica, embora critique o viés que existe nela no sentido de expor a obliquidade da agenda dos problemas de pesquisa, das informações e dos métodos.

Sobre isso, duas críticas se apoiam: (i) o não questionamento da estrutura na qual se ancora a sub-representação feminina acaba por deslocar as estruturas dicotômicas, antes apoiadas no gênero, para outros espaços; e (ii) a visão da mulher como trabalhadora inferior pode se manter, ainda que elas passem a compartilhar dos mesmos espaços dos homens. A nível de conteúdo, portanto, a economia de gênero compreende um subconjunto da Economia Feminista (ROBEYNS, 2000, p. 10).

2.2.2 A Economia Feminista

A Economia Feminista está ancorada na noção de que ideologias específicas delimitam a definição dos problemas de pesquisa a serem discutidos pela Ciência Econômica, a forma como esses trabalhos são operacionalizados e o modo de interpretação de seus resultados (FERBER, 1995). Isso porque a disciplina fez da personalidade masculina (o homem), das atividades masculinas (a ciência) e dos valores masculinos (objetividade e racionalidade), noções universais. Neste sentido, não basta adicionar personalidades, atividades e valores femininos à ciência para corrigir seu viés de gênero, é necessário repensá-la desde a sua origem (JENNINGS, 1993).

Diante disso, a Economia Feminista caracteriza-se pelo questionamento dos conceitos de Economia e Trabalho, mediante a desconstrução das dicotomias que apoiam o pensamento econômico tradicional e a valorização das atividades invisibilizadas (e feminizadas) historicamente (OROZCO, 2006). Entretanto, como afirma Barker e Kuiper (2003), não se refere apenas a questões econômicas das mulheres, mas a fenômenos econômicos associados às mulheres que influenciam homens e mulheres de distintas formas.

Ao feminizar o sujeito econômico, esta corrente crítica descentraliza o foco nos mercados para tornar as atividades da esfera doméstica economicamente significativas. Rompe-se, portanto, com a relação de poder entre homens e mulheres estabelecida na Economia tradicional, perpassando três estratégias: recuperação dos elementos invisibilizados da economia, reversão das hierarquias entre as esferas da sociedade e busca pela sustentabilidade da vida³, que vai além das noções de crescimento

³ De acordo com Carrasco (2009, p. 183), a sustentabilidade da vida “(...) representa un proceso histórico de reproducción social, un proceso complejo, dinámico y multidimensional de satisfacción de necesidades en continua adaptación de las identidades individuales y las relaciones sociales, un proceso que debe ser continuamente reconstruido, que requiere de

e desenvolvimento econômico. Este último intento é percebido apenas na Economia Feminista de Ruptura, enquanto os demais são constantes nesta e na de Conciliação. Cabe destacar, entretanto, que a corrente crítica, por sua definição, comporta-se de modo mais radical em relação à Economia Feminista, dissociando sua compreensão das relações de gênero com as amarras impostas pelo marco da economia tradicional. Neste sentido, avança em termos das discussões sobre homens e mulheres, mas também diversifica sua metodologia e ontologia, o que causa maior resistência por parte da comunidade acadêmica por romper com algumas das premissas que servem de base à Ciência Econômica.

Como o próprio nome sugere, a *Economia Feminista de Conciliação* (EFC) persegue a revalorização da esfera feminizada e sua união com o espaço masculino, já valorado, de tal modo a ser possível chegar a um conjunto melhor e mais completo em termos teóricos e políticos – com o reconhecimento dos mercados e do trabalho doméstico. Assim, mantém a estrutura dicotômica, mas transforma seu conteúdo: há uma mesma relevância analítica entre produção e reprodução, com a posição das mulheres se qualificando como dupla presença, e uma reversão das hierarquias (OROZCO, 2006).

A nível epistemológico, a EFC promove uma crítica ao processo de criação do conhecimento econômico, já que seu conteúdo está imbricado pelas noções daquele que o produziu – os homens. O discurso androcêntrico daí resultante advém da exclusão da feminilidade na elaboração científica, que se deve à divisão sexual do trabalho e ao enfoque positivista da Ciência Econômica. Neste sentido, a construção do conhecimento androcêntrico, apoiado no cientificismo e na matematização da Ciência, reforçou uma hierarquia generificada, tendo seu ápice na figura do *homo economicus*, que encarna para si apenas as características masculinas (NELSON, 1993). Tornar a Economia menos masculina não implica em torná-la menos objetiva, apenas requer novas visões sobre o gênero, sobre o que é valor e conhecimento. Essa noção está muito próxima da retórica tétrede⁴ defendida por McCloskey (1993), para a qual a referência feminina foi sendo cada vez mais deslocada na Ciência Econômica como não ciência, de tal forma a se negar a parte criativa, embora a sua utilização implique em mais racionalidade e ampliação de seu poder de persuasão.

Em termos conceituais, a EFC revaloriza as atividades exercidas na esfera doméstica, com o trabalho não compreendendo apenas o que é remunerado, mas vai desde a ideia de uma atividade que pode ser delegada a outra pessoa, como referenciado por Reid (1934), até a visão mais específica de Himmelweit (1995), que a associa a uma atividade com propósito determinado, passível de divisão (a ser processada dentro ou fora da residência) e separável da pessoa que o realiza, já que o objetivo é o resultado final. Ao possuir características próprias (produtividade limitada, maior liberdade de realização e circunscrição ao âmbito privado), o trabalho doméstico dificulta sua valoração, sendo a forma mais utilizada pelos teóricos da Economia Feminista o tempo total de trabalho. Assim, a noção de trabalho delineada pela EFC elimina a carga hierárquica que existe entre as esferas doméstica e de mercado mediante uma igual valoração de ambas, mas não acaba, na prática, com as representações entre trabalho e não trabalho. A dependência entre a *produção das coisas* e a *reprodução das pessoas* exige uma participação feminina, ora combinada, ora superposta, que recai na dupla jornada de trabalho, que passa a ser uma das principais discussões dentro da disciplina (BORDERÍAS e CARRASCO, 1994).

Muitas críticas já foram tecidas à EFC, dentre as quais se destacam três: (i) os mercados continuam sendo o centro da análise; (ii) não há ruptura das dicotomias, mas alteração das mesmas; e (iii) o trabalho doméstico ainda é definido em termos de um paradigma mercantil androcêntrico. Embora estas apreciações acabem por refletir a estrutura que a EFC tem delineado, sua principal debilidade está na universalização das experiências femininas, como se houvesse uma identidade própria às mulheres, sem considerar as diferentes formas de dominação (como classe, raça, orientação

recursos materiales pero también de contextos y relaciones de cuidado y afecto, proporcionados éstos en gran medida por el trabajo no remunerado realizado en los hogares”.

⁴ O conhecimento compreende uma parte já entendida como ciência – referente à evidência empírica e à lógica – e outra formada pela parte criativa, composta de metáforas e histórias, aos quais se costuma associar as experiências masculinas e femininas, respectivamente.

sexual). Neste caso, estar-se-ia passando de um *homo economicus* padrão para um sujeito que representa a experiência das mulheres brancas, burguesas, ocidentais, heterossexuais e não deficientes, localizadas na divisão sexual que se processa em uma família nuclear.

A *Economia Feminista de Ruptura* (EFR) vem para tentar superar essas dificuldades, evidenciando que apenas perceber a atividade doméstica como atividade econômica não modifica sua importância secundária na análise. É necessário, portanto, romper com todas as construções prévias de tal modo a reverter a lógica que guia o sistema econômico. Ao fazer isso, transcende a dicotomia existente nas discussões anteriores – mesmo na EFC – apoiando-se na interseção dos valores monetizados (e masculinizados) com os elementos invisibilizados (e feminizados), a partir do qual emerge o foco na sustentabilidade da vida. Neste sentido, o *core* passa para os processos de satisfação das necessidades humanas, com o trabalho perdendo seu caráter mercantil porque direcionado para as atividades que vão ao encontro deste grande objetivo (OROZCO, 2006).

Epistemologicamente, avança na construção de conhecimentos situados, mediante a busca de explicações para as diferenças entre as próprias mulheres, criando um maior espaço para a política de localização. A partir da marcação histórica, geográfica e cultural, ganha importância na análise os feminismos pós-modernos, antirracistas e pós-coloniais, que destacam a necessidade de perceber a Economia como um discurso, minado de significados, categorias e crenças, o que exige mais do que a mera inserção dos elementos femininos, mas a desconstrução das estruturas existentes e a formalização de um novo conhecimento (BARKER, 2003). Metodologicamente, a ruptura também se dá pelo avanço em termos de multidisciplinariedade, bem como no possível descolamento do gênero em relação ao sexo, sendo factível a aproximação com campos da sexualidade e mesmo de uma economia *queer*⁵. Além disso, tem preferência por técnicas qualitativas, que se orientam para a solução de problemas, não voltadas ao método (ROBEYNS, 2000).

A sustentabilidade da vida como objetivo (definida por provisão social (NELSON, 1995) ou reprodução social (PICCHIO, 1999)), desloca a centralidade do mercado, transformando-o apenas em um dos espaços onde os processos podem se dar. De acordo com Orozco (2006), a eliminação das noções de trabalho e não-trabalho, assim como de trabalho assalariado e doméstico, é, portanto, substituída por outra que se volta às atividades consumidas enquanto são realizadas, perdendo sentido as fronteiras entre trabalho e consumo, trabalho e ócio e trabalho e vida. Neste ínterim, ganha destaque o *trabalho de cuidado* que, ao mesclar o trabalho e a gestão doméstica com componentes subjetivos, pode ser motivado pelo altruísmo ou pela necessidade, extravasando a lógica de dependência. Por este último e considerando-se que todos os indivíduos são dependentes em algum momento da vida, fica evidente que não há uma separação clara entre “quem cuida” e “quem é cuidado”, de tal modo a destacar a interdependência entre os indivíduos e a necessidade de questionar a estrutura de direitos sociais e econômicos na promoção da cidadania.

Este novo olhar sobre a Economia, dissociado de todas as construções prévias, reconstrói socialmente as noções de poder, porque não mais é possível fazer uma distinção clara entre as hierarquias que se confrontam, nem mesmo em posições equitativas. Neste contexto, a teorização perpassa pela superação do sistema econômico em vigor, já que no capitalismo essa transcendência para uma organização focada na sustentabilidade da vida e na satisfação das necessidades é inconcebível.

3 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A fim de investigar a presença da produção acadêmica em Economia Feminista no Brasil, a pesquisa foi realizada em três etapas. Na primeira delas, considerando-se apenas os três maiores estratos com periódicos nacionais avaliados em Economia (B1, B2 e B3) no Qualis 2014, procede-se com a separação das revistas brasileiras e estrangeiras, a fim de obter aquelas nas quais se fará o

⁵ A teoria *queer* compartilha alguns aspectos relacionados aos estudos de gênero, mas os critica a partir da percepção de que eles reforçam a heteronormatividade. Articulados com o pós-estruturalismo, questionam a ontologia do sujeito, avançando ainda mais no sentido de aproximar a sexualidade de uma construção social. Esses conceitos têm como principal referência o trabalho de Butler (1998)

levantamento das informações. A representatividade dos periódicos nacionais foi de 22,1% em B1, 57,7% em B2 e 56,5% em B3, totalizando 84 revistas.

Dada as distintas disponibilidades de acesso em rede aos periódicos, passa-se para a segunda etapa, que se constituirá no 1º recorte com viés de sexo. Nesta, são distinguidos os trabalhos que fazem alguma referência à mulher no título ou nas palavras-chaves entre as publicações de 1990 a 2015, utilizando-se como critério de seleção, além da indicação específica (Economia Feminista), termos como *gênero*, *sexo*, *economia do cuidado*, *feminino*, *feminismo* e *feminista*. Embora estes se constituam em bons filtros, faz-se necessário também um olhar individualizado por artigo, uma vez que alguns se utilizam de expressões ou metáforas que remetem ao universo analisado, sem citar literalmente os termos perseguidos. Dentre as revistas analisadas, que compreendem uma amostra de quase 44 mil artigos, são selecionados no 1º recorte um total de 1.312.

Apesar de estas publicações estarem em periódicos que são avaliados em Economia, não necessariamente implicam proximidade com a matéria. Daí a necessidade de fazer o último recorte, eliminando aqueles que não tem relação direta com a área (e que abordam temas de sexualidade, saúde reprodutiva, psicologia materna, entre outros), bem como distinguindo os que estão no enfoque da disciplina, mas utilizam da noção de diferenciação sexual para explorar uma temática distinta em relação ao objeto proposto nesse ensaio. Esta clivagem é fundamental para o delineamento do trabalho e serve como base para as conclusões posteriores. A classificação em termos de Economia de Gênero e Economia Feminista, entretanto, é subjetiva, haja vista que, na maioria dos casos, não há explicitação destes termos. Apesar disso, está apoiada na compreensão dos conceitos trazidos pelos autores já citados e pelas principais características de cada uma das correntes.

Os artigos que compõe a amostra resultante compreendem a fonte de informação para a caracterização e mapeamento da pesquisa em Economia Feminista, de modo que grande parte dos critérios de análise são extraídos dos dados disponibilizados pelos próprios autores na publicação. O delineamento posterior, que se apoia na amostra final, utiliza informações da Capes e do CNPq para melhor caracterizar os espaços e sujeitos que promovem a Economia Feminista no Brasil.

4 A ECONOMIA FEMINISTA À LA BRASILEIRA

O principal meio acadêmico de divulgação da corrente crítica feminista da Economia é o periódico americano *Feminist Economics*, ligado à International Association for Feminist Economics (IAFFE). No Brasil, esta revista foi avaliada pelo Qualis 2014 nas áreas de Direito (recebendo classificação A1) e Multidisciplinar (B1), o que significa que nenhum autor ligado aos centros de pós-graduação em Economia do Brasil teve seu trabalho lá publicado no ciclo de avaliação considerado (1990-2015).

Este também é o caso das revistas nacionais que possuem o enfoque em gênero e feminismo. Os onze periódicos listados pela Capes que se voltam diretamente a esta área estão ausentes na classificação de Economia de 2014 e, caso fossem avaliados, provavelmente seriam acompanhados pela marginalidade da valoração que aos mesmos é atribuída (já que um dos critérios para a definição do Qualis é a moda da classificação nas áreas em que o periódico já é avaliado). Com exceção do *Cadernos Pagu* e da *Revista de Estudos Feministas* (REF) – que são muito conceituadas no campo do estudo de gênero, sendo A1 em algumas áreas –, há uma predominância nos estratos mais baixos, sinalizando duas possibilidades não-excludentes: ou existe uma dificuldade de inserção desta temática nos distintos segmentos de pesquisa e/ou há uma baixa representação das mesmas independentemente das disciplinas a que se referem.

Essas possibilidades poderão ser verificadas no campo da Economia ao se perseguir a presença da crítica feminista dentro dos limites da disciplina enquanto classificação da Capes. Após delimitadas as revistas nacionais enquadradas nos estratos B1, B2 e B3 de área (totalizando 84 periódicos), parte-se para a etapa do procedimento do ensaio que promove o 1º recorte dentre os artigos publicados nos periódicos entre 1990 e 2015, conforme a disponibilidade dos mesmos. Ao investigar a presença de quaisquer referências ao sexo e ao gênero, reduz-se a amostra de artigos a 3,02% de seu valor inicial (o que equivale a 1.312 publicações divididas em 95 no primeiro estrato,

910 no segundo e 307 no terceiro)⁶. O estrato com maior média de participação de temáticas relacionadas à esfera feminina é o B3 (3,76%), seguido pelo B2 (3,34%) e, por fim, pelo B1, com 1,99%. Dentro deles, entretanto, as discrepâncias são bastante grandes.

A Tabela 1 traz os três periódicos com maior representatividade⁷ em cada estrato considerado. No grupo de maior impacto, todas as revistas contiveram pelo menos um artigo fazendo referência à diferenciação sexual, embora a inserção média seja a menor entre os grupos. Nele, a relevância do tema de interesse varia entre 3,53% na *Economia Aplicada* e 0,30% na *Revista de Economia Política*, embora em quantidade e representatividade a *Pesquisa e Planejamento Econômico* lidere (12 artigos que compreendem 2,64% de suas publicações).

Tabela 1 – Periódicos com maior inserção média de assuntos que remetem às questões de gênero, por estrato avaliado

	<i>Periódico</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
B1	<i>Economia Aplicada</i> (Impresso)	2005-2015	10	3,53
	<i>Revista Eletrônica Documento/Monumento</i>	2009-2015	9	3,50
	<i>Pesquisa e Planejamento Econômico</i> (Rio de Janeiro)	1990-2015	12	2,64
B2	<i>Revista Brasileira de Estudos de População</i> (Impresso)	1990-2015	65	14,01
	<i>Cadernos de Saúde Pública</i> (ENSP. Impresso)	1990-2015	429+85 EE ¹	13,68
	<i>Physis</i> (UERJ. Impresso)	1991-2015	89	12,38
B3	<i>Rever</i> (PUCSP)	2011-2015	18	17,82
	<i>Saúde em Debate</i>	2012-2015	23+1 EE ¹	11,06
	<i>Revista Brasileira de Reumatologia</i> (Impresso)	2003-2015	36	9,47

¹ EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nos estratos B2 e B3, as maiores inserções entre os periódicos superam acentuadamente aquelas observadas em B1, obtendo-se valores superiores a 9%. Entretanto, nenhuma destas revistas de destaque é tradicionalmente relacionada à Economia e três delas são da área de Saúde (em que o perfil é distinto, com um alto número médio de artigos anuais publicados). Além disso, estes estratos abarcam grande variabilidade de focos temáticos – conforme se avança à jusante no Qualis, maior se torna a diversidade de áreas contempladas originalmente pelos periódicos apropriadas à área de Economia, perdendo espaço os que tem como *core* a Ciência Econômica. Exemplo disso é que, no estrato B2, a primeira revista da área que aparece no recorte ocupa o 15º lugar, com 1,27% de inserção do tema pesquisado (*Revista Econômica do Nordeste – REN*) e, no estrato B3, sobe para a 6ª colocação, com 6,36% (*Econômica*). Cabe destacar, ainda, que nestes grupos, há 18 periódicos sem qualquer referência ao grande tema discutido neste ensaio, totalizando 21,43% das revistas avaliadas. Dentre estas, enfatiza-se a invisibilidade da temática em periódicos tradicionais, como *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP – IPEA), *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* (SEP) e *Revista de Economia* (UFPR).

Embora seja importante destacar esse nível geral de inserção das questões de gênero na produção acadêmica, o mero fato de fazer referência a elas em artigos publicados em revistas classificadas na área de Economia não implica que estes estejam diretamente associados à pesquisa econômica voltada para as discussões em torno dos diferenciais entre homens e mulheres, ainda mais quando a temática da Economia Feminista entra em pauta. Para isso, é necessário analisar a essência dos trabalhos selecionados no 1º recorte, buscando o enfoque dado por cada um deles.

A delimitação final para o levantamento da produção acadêmica perpassa, portanto, pela distinção daquilo que, dentre os artigos que fazem alguma referência à mulher, pode ser classificado

⁶ Os artigos publicados em Edições Especiais (EE) não são contabilizados nos recortes. Essa opção visa minimizar possíveis distorções como resultado de um privilégio a publicações de um determinado assunto em um único número, o que faria a média geral de inserção da temática de gênero no periódico se ampliar acentuadamente, ainda que esta fosse em decorrência de somente uma edição.

⁷ A representatividade é avaliada em termos da razão do número de artigos que obedecem ao quesito específico em relação ao número total de artigos da revista.

como pertencente à corrente crítica analisada. Seguindo a distinção adotada por Orozco (2005, 2006), os números referentes aos trabalhos enquadrados em Economia de Gênero e Economia Feminista são observados na Tabela 2. Neste esforço de classificação, o estrato B1 é o que, no 1º recorte (ou seja, entre os trabalhos com quaisquer referências ao sexo), tem maior representatividade de artigos ajustados à área de interesse do ensaio, indo ao encontro de seu perfil com periódicos de menor multidisciplinariedade. Dos 95 artigos selecionados na fase anterior, 84,21% puderam ser associados com a Economia que reflete sobre o gênero dos indivíduos, não obstante sua maioria esteja enquadrada nas noções de Economia de Gênero – apenas 21,05% está relacionado de algum modo à Economia Feminista. Em termos da amostra inicial, estas duas áreas de pesquisa compreendem, individualmente, menos de 1% dos artigos publicados na área de economia no período considerado.

Este comportamento é observado nos demais estratos, embora com participações ainda menores. No segmento dos artigos classificados como B2, que reúne a maior quantidade de publicações em Economia de Gênero e na Economia Feminista, a representatividade destes trabalhos no 1º recorte totaliza pouco mais de 14%, dois quais 43% se refere ao segundo grupo. A justificativa, novamente, está relacionada à multidisciplinariedade dentro dessa classificação, já que muitos estudos são voltados à área de saúde, de sexualidade e de reprodução, sem fazer menção às discussões econômicas – considerando-se aqui o econômico como a inter-relação dos espaços que compõem o trabalho remunerado e não remunerado.

Tabela 2 – Representatividade da Economia de Gênero e da Economia Feminista

	<i>1º Recorte</i>		<i>Economia de Gênero</i>			<i>Economia Feminista</i>		
	<i>Nº de artigos</i>	<i>% na amostra</i>	<i>% na amostra</i>	<i>Nº de artigos no 1º recorte</i>	<i>% no 1º recorte</i>	<i>% na amostra</i>	<i>Nº de artigos no 1º recorte</i>	<i>% no 1º recorte</i>
<i>B1</i>	95	1,33%	0,84%	60	63,16%	0,28%	20	21,05%
<i>B2</i>	910	3,69%	0,30%	73	8,02%	0,22%	55	6,04%
<i>B3</i>	307	2,62%	0,40%	47	15,31%	0,20%	23	7,49%
<i>TOTAL</i>	1312	3,02%	0,41%	180	13,72%	0,23%	98	7,47%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por fim, no segmento B3 a representatividade das economias de Gênero e Feminista se amplia novamente, passando a compreender 22,8% do 1º recorte. Entretanto, no quesito de inserção nas revistas do estrato, a Economia Feminista tem aqui seu menor valor – apenas 0,20% dos trabalhos. Este número não se distancia da média de participação total: enquanto 3,02% dos artigos publicados em revistas valoradas na economia nos estratos selecionados fazem alguma referência às mulheres ou a questões de gênero, somente 0,64% está de algum modo atrelado de fato à economia que avalia tais questões e pouco mais de um terço deste valor refere-se à Economia Feminista (0,23%).

Se a distinção entre os trabalhos atrelados à Economia de Gênero e à Feminista envolve parcela de subjetividade, a separação entre aqueles que se classificam entre Economia Feminista de Conciliação e Ruptura é ainda menos nítida. Do total de trabalhos, a grande maioria faz referência ao primeiro caso, sendo apenas 10% deles atrelados à versão mais radical da corrente. Essa delimitação, entretanto, esconde uma quantidade razoável que transita entre as duas esferas, ora se colocando de forma mais ativa, ora mais passiva, de tal modo a não ser possível identificar um enquadramento mais específico. Em função disso, as análises subsequentes guiar-se-ão apenas na distinção entre as áreas de gênero e feminista.

Primeiramente, a distribuição dos artigos nas revistas dos três estratos avaliados revela uma grande heterogeneidade. A Tabela 3 traz as maiores representações da Economia Feminista, de modo a ser possível identificar aquelas que, dado o 1º recorte, tiveram maior inserção da temática. Mediante essas informações, constata-se que os principais difusores de ideias associadas à corrente crítica (ou que fazem uso de técnicas que, dentro da objetividade científica, são percebidas como mais subjetivas – aproximando-se de uma metodologia própria ao posicionamento feminista) são periódicos externos à Economia ou multidisciplinares. Em termos de quantidade, além dos já listados na Tabela, aparecem *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, *Physis*, *Tempo Social*, *Revista de Políticas*

Tabela 3 - Periódicos com maior inserção média da Economia Feminista no 1º recorte, por estrato avaliado

	<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte*</i>	<i>Peso na amostra</i>
B1	Revista de Economia e Sociologia Rural	EG = 0 EF = 3	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 1,60%
	RAC. Revista de Adm. Contemporânea	EG = 2 EF = 7+1EE	EG = 22,22% EF = 77,78%	EG = 0,32% EF = 1,13%
	RAE (Impresso)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,17% EF = 0,51%
B2	Crítica Marxista (São Paulo)	EG = 0 EF = 2	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,85%
	Contexto Internacional (on-line)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,28%
	Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,25% EF = 0,75%
B3	Econômica (Niterói)	EG = 3 EF = 4	EG = 42,86% EF = 57,14%	EG = 2,73% EF = 3,64%
	História Econômica & História de Empresas	EG = 1 EF = 1	EG = 50,00% EF = 50,00%	EG = 0,50% EF = 0,50%
	Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso)	EG = 2 EF = 2	EG = 40,00% EF = 40,00%	EG = 0,56% EF = 0,56%

* Para algumas revistas, o somatório entre Economia de Gênero e Economia Feminista pode não chegar aos 100%. Isso ocorre porque alguns trabalhos, dados os seus enfoques, são melhores enquadrados em outras áreas (como em Economia da Saúde e Economia da Educação)

Fonte: Resultados da pesquisa.

No extremo oposto estão os periódicos que tiveram representação no 1º recorte, mas não resistiram ao último filtro. Este é o caso de quase 29% das revistas do estrato B2 e de 20% do B3. Além destes, é significativo o número de periódicos que não possuem qualquer referência à Economia Feminista, o que acontece em 30,8% das revistas do estrato B1, 14,3% do B2 e 36% do B3. Neste sentido, quando comparada à inserção acadêmica da Economia de Gênero, a Economia Feminista ainda possui um espaço reduzido, superando a anterior em 30,8% dos periódicos B1, 45% dos B2 e 35% dos B3. Esse comportamento ocorre porque há um predomínio dos estudos inserindo o gênero na economia apenas enquanto categoria biológica. Mesmo nas discussões referentes ao mercado de trabalho, não há grande esforço crítico feminista dos autores, nem discussões em torno de como minimizar os diferenciais entre homens e mulheres para além da equidade salarial.

Cabe destacar, entretanto, algumas ocorrências interessantes no que concerne às publicações. No estrato B2, o *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)* que sequer se caracteriza como um periódico da Economia promoveu, além de artigos individuais, três espaços com temas em destaque que focam questões de gênero – “Gênero e Assistência na América Latina”, “Trabalho e Gênero” e “Conciliação entre Trabalho e Família”, o que significou, na classificação deste ensaio, nove publicações em Economia Feminista. Essa prática de destacar uma discussão específica foi também observada em mais dois periódicos do estrato: na edição de número 11 de 2000 da revista *Crítica Marxista*, mediante um dossiê abordando a relação do feminismo com o marxismo e, mais recentemente, no “Dossiê Trabalho e Gênero: Controvérsias”, da *Tempo Social*. No estrato B3, a discussão específica ocorre na *Revista Econômica* em 2010, com o tema “A perspectiva feminista e os trabalhos sobre usos do tempo”, apoiado na quantificação do trabalho de cuidado e na importância deste para a implementação de políticas públicas mais conscientes de seus impactos diferenciados sobre homens e mulheres.

A partir dessa caracterização geral dos trabalhos já observados numericamente em termos de representatividade, é possível afirmar que há marcas da Economia Feminista no Brasil, ainda que ela

seja pouco representativa nos segmentos econômicos da academia. Além disso, não se trata de uma evolução constante da disciplina nas publicações, muito embora haja uma lenta tendência de as discussões de gênero estarem se mostrando mais presentes no debate acadêmico da Economia. A maior inserção da Economia Feminista se dá nos últimos anos no país, com um *delay* de praticamente uma década em relação às discussões que se processam nos centros acadêmicos em torno das quais se formaliza o *core* da crítica da disciplina (Europa e Estados Unidos), ganhando espaço em todos os estratos avaliados. Deve-se ressaltar, entretanto, que este movimento não se deve apenas à abertura mais premente aos debates em vigor, mas também por um fenômeno exógeno: há um crescimento significativo no número de revistas avaliadas pelo Qualis e uma maior representação de volumes no período mais recente. A maior disponibilidade de publicações muda a dinâmica de representação dos temas porque abrem-se janelas de oportunidades para outras vertentes e campos de estudo em periódicos menos tradicionais, promovendo-se uma disseminação das mais diversas linhas de pesquisa, dentre as quais a Economia Feminista se encaixa.

Por fim, cabe destacar que, embora os artigos tenham sido classificados como pertencentes à Economia Feminista, a grande maioria dos autores não faz referência direta a ela. Tratando como questões de gênero, teoria política ou crítica feminista, faz-se a análise seguindo as noções gerais discutidas pela corrente ou se utiliza da metodologia proposta, mas não cita ao longo do texto, ou menos em suas palavras-chave, que se trata de um estudo abordando um campo de pensamento já consolidado. O motivo para isso adentra no espaço das suposições, mas é possível delimitar quatro delas: (i) os autores não pertencem à área de Economia, mas pela interdisciplinariedade da temática de gênero poderiam ter seus trabalhos enquadrados como tal; (ii) os autores, apesar de terem acesso aos textos de autoria de economistas feministas, desconhecem o contexto nas quais as mesmas estão inseridas, tomando as ideias individualizadas como se elas não formassem uma estrutura teórica definida; (iii) os autores, conhecendo a corrente crítica da Economia Feminista, divergem da análise já feita, de modo a citar apenas aqueles trabalhos que mais se aproximam do objeto de estudo a que se propõem; e (iv) os autores, conhecendo os vieses de gênero do espaço acadêmico, acabam optando por nomear o seu trabalho dentro da lógica de gênero, já que este tem um espaço mais cativo nas discussões econômicas e não causa tanto desconforto teórico por não ir de encontro com o *status quo* da Economia. Independentemente do motivo, essa baixa visibilidade que os próprios textos, mesmo extremamente alinhados à Economia Feminista, dão a este campo de estudo acaba por reforçar sua marginalidade na discussão científica, dificultando a divulgação das ideias, a apropriação do debate para a realidade nacional e a definição de um marco teórico muito mais adequado às experiências dos homens e mulheres brasileiros, marcadas pela grande diversidade e pela interseccionalidade.

4.1 O perfil da Economia Feminista no Brasil

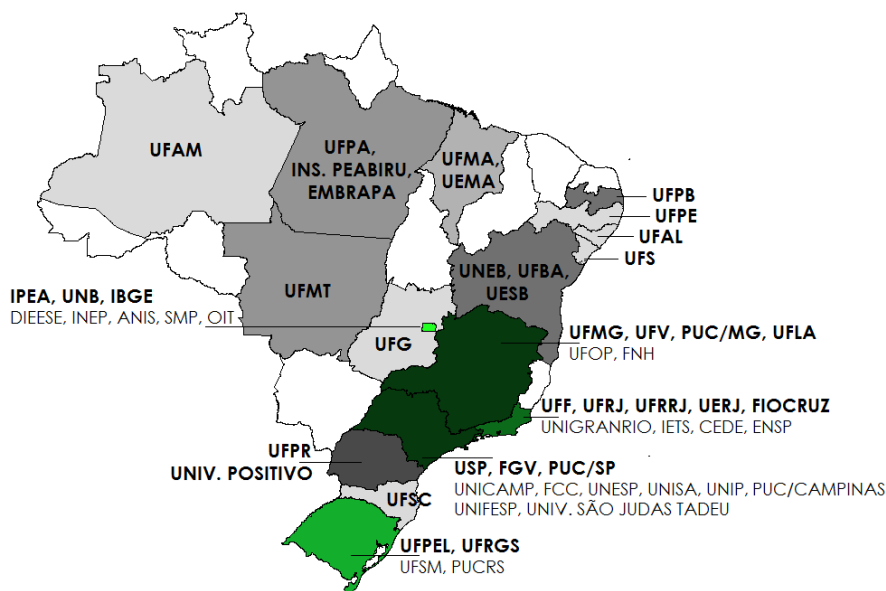
Após identificada a presença da Economia Feminista no Brasil, cabe avaliar, a partir dos artigos classificados, qual é o perfil de quem os produziu e onde essa produção está localizada. No quesito sexo dos autores (considerando todos os envolvidos na produção), há um predomínio de mulheres na discussão do gênero na Economia, tanto na Economia de Gênero, quando elas correspondem à 63% dos autores, e especialmente na Economia Feminista. Nesta há maior concentração de pesquisadoras, totalizando 78% dos envolvidos, o que não surpreende dado o caráter crítico da corrente, em comparação com a mera compreensão de que há diferenças sexuais nos espaços tradicionalmente masculinizados.

O reconhecimento do viés de gênero na construção econômica e seus impactos sobre o delineamento de uma Economia Feminista passam, em grande parte das vezes, pela identificação do sujeito com a discussão. Embora seja possível, e mesmo desejado, que a atenção de autores homens esteja presente nos debates, é muito mais frequente que essa revalorização dos papéis socialmente atribuídos tenha maior importância pelo gênero que busca sua visibilidade, daí essa maior discrepância entre a participação por sexo.

No que concerne à distribuição dos autores por instituições de ensino e pesquisa, é possível observar uma grande concentração de centros nacionais na produção acadêmica da Economia

Feminista dos periódicos avaliados. Entre os autores de fora, o destaque fica para Estados Unidos, França, Espanha e Portugal, enquanto que, no Brasil, identifica-se um grande espraiamento da discussão por todo o território – com um claro predomínio das universidades do Sudeste e Sul, onde há a maior concentração de pesquisadores do país, embora, nestes estados, também haja uma variedade significativa de centros envolvidos. Como identificado na Figura 1, as unidades federativas com maior representação no total foram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, nas quais 38 instituições de ensino e pesquisa são citadas.

Figura 1 – Distribuição dos artigos de Economia Feminista avaliados por instituições de ensino do Brasil*



*Quanto mais escura a cor, maior é o número de publicações. A distinção entre cinza e verde serve como cisão entre os Estados que tiveram um número reduzido de trabalhos e aqueles em que as somas são bem superiores
Fonte: Resultados da pesquisa.

Essa multiplicidade de atores não se reflete em fortes redes de contato, uma vez que a maioria dos trabalhos são realizados por autores que compartilham entre si o pertencimento a uma mesma instituição. Além disso, o mapa evidencia que muitos dos espaços de discussão não são de centros com departamentos de economia ou próximo disso, de modo que o questionamento recai no quão econômica é a discussão que pode ser classificada nos limites da Economia Feminista nos periódicos nacionais investigados.

Em termos de formação acadêmica, a representatividade de Economistas ou daqueles que possuem alguma pós-graduação na área é baixa – dos autores identificados, apenas 22,1% se enquadram nestes quesitos, valor que é de 50% entre os autores estrangeiros. Os centros com maior representatividade entre os economistas foram o IPEA e a Universidade Federal Fluminense (UFF), o que desloca a discussão para a existência, ou não, de áreas de pesquisa específicas nas instituições mais relacionadas aos autores, tendo em conta que isso poderia impulsionar o número de publicações com a abordagem de gênero.

Dentre os dez centros de Economia com maiores representações, nove compreendem universidades e um é instituto de pesquisa – o IPEA⁸. De modo geral, há uma invisibilização da temática de gênero nos departamentos de economia, com a inexistência de uma referência direta à Economia Feminista, sendo exceção a isso as duas instituições citadas no parágrafo anterior. Na UFF, há a linha de pesquisa *Trabalho, Gênero e Raça*, compreendida dentro da área de Economia Social e Sustentabilidade, enquanto no IPEA, dentro da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, há um espaço para o debate da *Promoção da Igualdade de Gênero e Racial*. Fora da Economia, entretanto, há

⁸ Soma-se ao IPEA as seguintes universidades, por ordem de participações: UFMG, UFPEL, USP, FGV-SP, PUC-MG, UFF, UFRGS, UFRJ e UFV.

participação nestas universidades nos cursos de História (USP), Ciência Política (UFMG, UFF e UFRGS), Antropologia (UFRJ e UFRGS), Educação (UFF) e Medicina (USP), além das linhas de pesquisas voltadas para as áreas da saúde, com o foco em questões essencialmente biológicas da divisão sexual.

Em termos de projetos de pesquisa, dentre os dez centros de Economia com maiores representações, apenas a UFMG tinha um trabalho ativo em 2015⁹, estando sob a coordenação da Prof. Ana Maria Hermeto. No que concerne às disciplinas, somente a UFF tem representatividade, a partir do tópico *Economia, Gênero e Raça*. Por fim, no que se refere aos grupos de pesquisa¹⁰, dois são os enfoques aqui estabelecidos. No primeiro, ao focalizar somente a Economia Feminista, tem-se o grupo *Autogestão, empoderamento e mulher: por uma sociedade socialista e feminista*, da UFT, que tem a linha de pesquisa voltada ao tema discutido no presente ensaio; e, na UCPEL, *Emancipação: Trabalho, Saberes, Outras Economias, Movimentos Sociais e Democracia*, com as discussões em torno de *Trabalho, outras economias, solidariedades e emancipações*. Embora eles sejam bem específicos, não é possível observar uma correlação dos mesmos com a produção acadêmica avaliada neste ensaio. No segundo enfoque, é ampliada a busca para os grupos de pesquisa associados às Ciências Sociais dos dez centros com maior representatividade. Estes se mostram bastante diversos, seja na abordagem, mas especialmente na participação: cinco não possuem grupos que remetem à discussão (UFMG, UFPEL, PUC-MG, UFRGS e IPEA), enquanto do lado oposto se destaca a UFF, com 11 grupos envolvidos em 15 linhas de pesquisa, seguido pela UFRJ, com 7 grupos e 10 linhas de pesquisa.

Dada a afirmação da existência da Economia Feminista no país enquanto parte da produção acadêmica enquadrada no escopo da avaliação econômica do Qualis Capes, a definição de seu perfil reforça que a discussão não é, em sua maioria, realizada por economistas. Esse resultado evidencia que os artigos aqui associados à corrente crítica não são, em sua maioria, publicados em revistas de áreas afins como alternativa aos pesquisadores de Economia, mas são resultados da produção de outras áreas do conhecimento que, pela convergência da temática de gênero, poderiam ser associados à temática discutida na Ciência Econômica. Assim, a Economia Feminista relacionada à produção de conhecimento advindo da Economia é extremamente invisibilizada, já que, ainda que a produção do conhecimento esteja se dando dentro dos limites do academicismo econômico, há uma dispersão da crítica, o que se confirma pela baixíssima representação nas linhas de pesquisa e disciplinas dos departamentos de pós-graduação, nos projetos acadêmicos e nos grupos de discussão.

Essa configuração pode ser resultado de três fatores: (i) do baixo interesse pela discussão entre os acadêmicos – que, dado o viés de gênero da análise econômica, consideram-na fora dos limites econômicos; (ii) da dificuldade de inserir essa discussão em um espaço ainda masculinizado, a partir da desqualificação do debate e da marginalização do mesmo; e, por fim e como consequência, (iii) da migração daquelas que pensam a Economia Feminista do Brasil para espaços de discussão diferenciados, seja em áreas com menor resistência ao tema, ou mesmo a outras esferas, com a inserção em institutos de pesquisa e órgãos governamentais.

A fim de exemplificar a personificação do debate, toma-se como referência aqueles autores que tiveram, dentre os artigos avaliados como Economia Feminista, mais de uma publicação na área. Esse é o caso de sete pesquisadores (que representam menos de 5% do total de autores), dentre os quais cinco identificam as questões de gênero como linhas próprias de pesquisa. Neste grupo reduzido, entretanto, apenas uma é da Economia¹¹. Hildete Pereira de Melo transita entre a Economia de Gênero e a corrente mais crítica, tendo trabalhos que percorrem diversas questões. A discussão mais aplicada, por exemplo, vai desde a avaliação da contabilização do trabalho reprodutivo e a definição de sua

⁹ O projeto era intitulado “A estrutura dos diferenciais de gênero na América Latina: quem você é, o que você faz ou onde você está? Uma análise no tempo e no espaço de processos contemporâneos de estratificação social”.

¹⁰ A consulta parametrizada realizada nos diretórios do CNPq foi baseada na possível presença das questões de gênero no nome dos grupos de pesquisa, nas linhas de pesquisa, nas palavras-chave das linhas de pesquisa e nos objetivos das mesmas.

¹¹ Neste reduzido grupo, estão ainda Bila Sorj e Helena Hirata (da Sociologia), Maria Eulina Pessoa de Carvalho (da Educação) e Maria José Carneiro (da Antropologia e Ciências Sociais).

importância, até a identificação de quem o realiza – atividade feminizada que independe do nível de escolaridade, posição na ocupação, grupo ocupacional e setor produtivo. Entretanto, não se limita a isso. A autora investiga também espaços externos à discussão tradicional da corrente, mas com o olhar da Economia Feminista, o que ocorre em sua análise da Previdência Social do Brasil. Nesta, busca-se avaliar de que modo os diferenciais observados no mercado de trabalho são reproduzidos pelo sistema previdenciário e na inatividade, especialmente no sentido de a mulher, sendo a principal responsável pelo trabalho doméstico (não remunerado), perder parte da capacidade de contribuição.

Além de ser editora da *Revista Gênero*, cabe destacar aqui que Melo é a principal responsável pelo grupo de pesquisa *Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero* da UFF, onde desenvolve trabalhos relacionadas às áreas *Gênero e Relações Raciais*; *Memórias e História do Movimento LGBT no Brasil*; *Relações de Gênero e Trabalho*; e *Relações de Gênero, Sexualidade e Política Social*. A pesquisadora, por todos os seus esforços realizados dentro da discussão feminista na Economia, consolidou-se nacionalmente como uma das principais referências, especialmente por ter essa temática como uma constante em sua trajetória acadêmica, ocupando espaços importantes dentro do marco da produção científica econômica, além de se fazer presente nos espaços multidisciplinares que são inerentes à temática de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ganharam visibilidade, enquanto sujeito da Ciência Econômica, não indo de encontro ao *status quo* da disciplina, mas mediante uma inserção acrítica. Nesta, denominada Economia de Gênero, adiciona-se a figura feminina à estrutura da economia desenhada anteriormente, de tal modo que a disciplina se expande para abarcar as experiências diferenciadas dos sexos no mercado de trabalho. Entretanto, grande parte destes diferenciais é decorrência do *ceteris paribus* que, na esfera doméstica, é representado pela divisão sexual do trabalho.

A percepção deste viés androcêntrico e a formulação de novas bases para o conhecimento econômico é, ainda, um fenômeno em curso que, sob o título de Economia Feminista, delimita uma corrente crítica na Ciência Econômica que se volta à recuperação das experiências femininas para a compreensão das interações sociais. No país, o espaço reservado a ela é bastante incipiente, mas ainda assim é possível afirmar que há Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira.

A partir da análise de 84 periódicos nacionais classificados em Economia, pelo Qualis 2014, como B1, B2 e B3 entre 1990 e 2015, o que delimita uma amostra de mais de 40 mil artigos, tem-se apenas 3,2% deles perpassados pela questão de gênero. Nesta representação, entretanto, o que pode ser associado à temática da Economia Feminista é ainda menor – somente 0,23% da produção acadêmica avaliada (valor que é de 0,41% para o caso da Economia de Gênero). Ainda que alguns dos artigos pudessem mudar de classificação, dada a presença de subjetividade que a categorização exige, as conclusões gerais não seriam fortemente alteradas.

Diante disso, é possível aceitar a hipótese de que, dentro da grande limitação da produção que coloca a mulher como sujeito de pesquisa na Economia, os trabalhos com enfoque em Economia Feminista são ainda mais restritos. Publicados, em sua maioria, com um *delay* de praticamente uma década em relação às discussões que se processam nos centros acadêmicos em torno das quais se formaliza o *core* da crítica da disciplina (Europa e Estados Unidos), os artigos da área ganham espaço em todos os estratos avaliados, embora numericamente sua representação seja maior nos periódicos B2.

Produzidos, em sua maioria, por mulheres e nas instituições das regiões Sudeste e Sul, os trabalhos associados à Economia Feminista ainda não são resultado do pensamento crítico dos Departamentos de Economia do país, já que apenas 22,1% dos autores possuem alguma formação na área. Em função disso, embora classificados como representações da disciplina, os artigos advêm de outras áreas do conhecimento que, dada a interdisciplinariedade da temática de gênero, acabam por tangenciar temas de pesquisa e enfoques que a Economia Feminista, enquanto corrente de pensamento da Economia, busca desenvolver. O principal efeito disso é que o 0,23% de representatividade da produção associada à temática é superestimada, reforçando a marginalização

da discussão, o que limita a extensão das ideias e o aprimoramento teórico da disciplina no país, a fim de torná-la mais adequada à configuração de forças e estruturas sociais que se tem internamente. Por outro lado, ao indicar uma dispersão ainda maior nos limites estritos da Economia, a corrente crítica se revela como um campo de estudos inexplorado e fecundo que tem muito a contribuir com o debate econômico nacional.

Personificada na figura de Hildete Pereira de Melo, fica evidente que a Economia Feminista tem rosto de mulher. Dado que, de acordo com Melo e Oliveira (2006), a trajetória acadêmica dos sexos é diferenciada, de tal modo que a inserção feminina no mundo científico e tecnológico exige um esforço específico, a dependência da difusão da corrente crítica com relação ao gênero do pesquisador também funciona como limitante à expansão da disciplina no país. Por isso, é importante que ela seja reconhecida por aqueles que, tradicionalmente, foram os sujeitos na Economia, validando as experiências diferenciadas pela ótica de homens e mulheres e traduzindo seu nome em termos das suposições originais do feminismo – ao não inverter a ordem de gênero, mas promover uma ação equitativa entre eles.

Neste sentido, a maior inserção da Economia Feminista no escopo da Ciência Econômica tradicional pode ir ao encontro, inclusive, de práticas pedagógicas feministas, especialmente porque grande parte da pesquisa acadêmica no Brasil está concentrada nas Universidades do país e é realizada por pesquisadores que são, ao mesmo tempo, parte de corpos docentes. De acordo com Aerni et al. (1999), isso permitiria uma formação mais inclusiva, que não apenas promova uma maior aproximação com as distintas configurações do agente econômico, mas também sirva para repensar os limites da própria disciplina, redefinindo-a dentro de seus marcos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKER, D. Emancipatory for whom? A comment on critical realism. **Feminist Economics**, v. 9, n. 1, p. 103-108, 2003.

BARKER, D.K. Feminist economics as a theory and method. In: FIGART, D.M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKER, G. A theory of allocation of time. **The Economic Journal**, v. 75, n. 299, p. 493-517, Set./1965.

BECKER, G.S. **Economics of Family: Marriage, Children and Human Capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1974

BODKIN, R.G. Women's agency in Classical Economic Thought: Adam Smith, Harriet Taylor Mill, and J. S. Mill. **Feminist Economics**, v. 5, n.1, p.45-60, 1999.

BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C. Introducción – Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. In: BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. (Org). **Las mujeres y el trabalho: rupturas conceptuales**. Barcelona: Icaria, p. 15-110, 1994.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una Economía Feminista. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 1999.

CARRASCO, C. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARAM M.J. (Coord.)

Estudios sobre género y economía. Madri: Akal, 2008.

CARRASCO, C. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. **Revista de Educación**, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob Suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. SOF: São Paulo, 2012.

ENGLAND, P. The separative self: androcentric bias in Neoclassical Assumptions. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.A.; NELSON, J.A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.A. The study of Economics: a feminist critique. **The American Economic Review**, v. 85, n.2, p. 357-361, Mai./1995.

HEWITSON, G. A survey of feminist economics. **Division Papers**, La Trobe University, Series A 01.01, 2001b.

HIMMELWEIT, S. The Discovery of “Unpaid Work”: the social consequences of the expansions of “Work”. **Feminist Economics**, v. 1, n.2, p.1-19, 1995.

JENNINGS, A.L. Public or private? Institutional Economics and Feminism. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

KON, A. A Economia Política do Gênero: Determinantes da Divisão do Trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3(87), p. 89-106, Jul-Set/2002.

LAKE, M. The Independence of women and the brotherhood of man: debates in the labour movement over equal pay and motherhood endowment in the 1920s. **Labour History**, v. 63, p. 1-25, Nov./1992.

MARÇAL, K. **Who cooked Adam Smith’s dinner? A story about women and Economics**. Londres: Portobello Books, 2015.

McCLOSKEY, D. Some Consequences of a Conjective Economics. In: FERBER, M.A.; NELSON, J.A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MELO, H.P.; CONSIDERA, C.M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3(31), p. 435-454, Dez/2007.

MELO, H.P.; OLIVEIRA, A.B. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 301-331, Jul./Dez., 2006.

MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a World Scale: Women in the international division of labour**. Londres: Zed Books, 1986.

MILL, J.S. **A Sujeição das Mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

NELSON, J.A. The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

NELSON, J.A. Feminism and Economics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995.

NELSON, J.A. Feminist Economics. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (Ed.) **The New Palgrave Dictionary of Economics**, 2ª Ed., 2008.

OROZCO, A.P. Economía del Género y Economía Feminista: conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Caracas, v.10, n. 24, p.43-64, 2005.

OROZCO, A.P. **Perspectivas feministas en torno a la Economía: el caso de los cuidados**. Madrid: Consejo Económico y Social, Colección Estudios, 2006.

PICCHIO, A. Visibilidade analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 1999.

PHILLIPS, A.; TAYLOR, B. Sex and Skill: Notes towards a Feminist Economics. **Feminist Review**, n. 6, p. 79-88, 1980.

POWER, M. A social provisioning approach to gender and economic life. In: FIGART, D. M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

ROBEYNS, I. Is there a Feminist Economics methodology? Workshop on Realism and Economics, **Anais**, 2000.

SAFFIOTTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, M.O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Gênero**, Niterói, v. 9, n.1, p. 31-45, 2008.